

**31ª. Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro**

---

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 31ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: Maria Olívia Personi Junqueira, suplente (Ministério Público Federal - MPF); José Edson Maciel, titular (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A); Eduardo Bustamante, titular (Norsk Hydro Brasil); Vera Lúcia Brito Nascimento, suplente (1ª Representação da Sociedade Civil – Comunidades Quilombolas e Tradicionais); Jackeline Sales, titular (2ª Representação da Sociedade Civil); Fátima Solange, titular, e Fabiano Azevedo, suplente (4ª Representação da Sociedade Civil); Amauri Figueiredo, suplente (5ª Representação da Sociedade Civil); Elidiane Marinho Cardim, titular, e Cristiane Simões Baia, suplente (6ª Representação da Sociedade Civil); Rosa Maria Dias da Silva, titular (7ª Representação da Sociedade Civil); Ivo Torres, suplente (8ª Representação da Sociedade Civil); Maria das Graças Figueira Pereira, titular, e Hamilton José Moreira Caminha, suplente (9ª Representação da Sociedade Civil). Também estiveram presentes, como convidados do Ministério Público Federal, o procurador da República Adriano Augusto Lanna de Oliveira e o procurador da República Felipe de Moura Palha e Silva; como convidados da Hydro, a gerente sênior de Programas Socioambientais Hígia Brandão e o engenheiro ambiental Frederico Delphino Fenerich; como convidados das partes signatárias, representantes da concessionária de água e esgoto do município de Barcarena “Águas de São Francisco”, o Diretor Presidente Diego Rafael Dal Magro e o Gerente de Operações Lucas Firmino Pereira; representante da Prefeitura Municipal de Barcarena, o Procurador Geral do município de Barcarena José Quintino de Castro Leão Júnior. **Justificaram a ausência:** Amanda Figueiredo, assessora jurídica da Prefeitura Municipal de Barcarena; Rozemiro Gomes Souza de Brito, titular (5ª Representação da Sociedade Civil); Elisomar Barreto de Souza, titular (8ª Representação da Sociedade Civil); Vagner Carvalho Ferreira e Ereny dos Anjos Barbosa, titular e suplente da 10ª Representação da Sociedade Civil. Além destes participantes, estava presente a equipe do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), na função de **secretaria executiva** do Comitê: Edane França Acioli, Raphael Castro da Conceição, Paulo Vitor Pantoja Dias e Vanessa do Socorro da Silva. Os membros receberam do convite formalmente, via E-mail, expedido pela secretaria executiva do Comitê, em 13 de julho de 2023, onde também constava a data desta reunião, tendo sua pauta confirmada via e-mail pelos participantes no final de junho de 2023. Antes do início da pauta, Edane Acioli faz uma breve introdução com instruções acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais. Em seguida, é declarada a abertura da 31ª reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Em virtude da presença de convidados, a ordem de pautas é invertida e adentra-se ao **primeiro ponto** da reunião: **Atualização de Itens do TAC 2.2) Atualização do Item 2.1.4 do TAC (Investimento de até R\$ 5 milhões na criação e implantação de sistemas**

**alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução técnica viável.** Hígia Brandão e Frederico Fenerich recebem a palavra e iniciam uma apresentação com o objetivo de atualizar sobre o atendimento ao item TAC 2.1.4 Hígia Brandão informa que o projeto sofreu atualização de escopo e também teve seu valor aumentado já aprovado pelas partes signatárias, e terá uma conta característica para o repasse do valor.; informa também que, neste momento, estão na fase de avaliação de um termo de compromisso, que será o instrumento jurídico formal que se estabelece entre as empresas Hydro, Alunorte e Águas de São Francisco que executará a obra—a Prefeitura Municipal de Barcarena e, por fim, a Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Barcarena (ARSEP), que atuará na fiscalização da execução do projeto atualizado, Hígia Brandão explana que o receptor do ativo da obra é a Prefeitura Municipal de Barcarena, que também atua como fiscalizadora da obra, e a executora da obra é a Águas de São Francisco, concessionária dos serviços de água e esgoto no município, e a Arsep é a fiscal do contrato de concessão. Informa também que o valor estabelecido no TAC é de R\$ 5 milhões, no entanto, em função dos debates feitos em reuniões anteriores do CA, foi realizada uma atualização no escopo do projeto, ampliando a sua área, o que necessitou de aporte adicional de R\$ 3 milhões, totalizando R\$ 8 milhões para o projeto. Hígia Brandão destaca que o grupo de comunidades a ser atendido pelo projeto representa uma população estimada em 11.376 habitantes e aproximadamente 2.873 famílias. Hígia Brandão apresenta dois mapas, um que define a primeira área que seria atendida pelo projeto, apresentada em junho de 2021, outro mapa que representa a nova área atendida, após a atualização do projeto, com acréscimo de 10.000 metros lineares de rede de distribuição, com a inclusão de 1.000.000m<sup>2</sup> de área residencial. Hígia Brandão encerra a sua apresentação afirmando que, inicialmente, após o início do projeto, é previsto o prazo de 240 dias até a finalização da obra. A procuradora da República Maria Olívia Junqueira pede a palavra e destaca a ausência de um mapa que represente a ampliação da rede de distribuição de água nas comunidades quilombolas. A procuradora da República solicita que o mapa da área apresentado antes da atualização do projeto seja mostrado para que os membros possam fazer a comparação entre as áreas antes e depois da atualização do projeto, em virtude da nova poligonal estabelecida, além de um comparativo entre o contrato de concessão regular e, os acréscimos, após o aporte do valor financiado através do TAC, para que os membros tenham noção do tempo previsto para a instalação da rede nas áreas contempladas pelo projeto a partir da instalação prevista no contrato regular, detalhando se toda a área estava abrangida antes da atualização da poligonal, em especial as áreas de comunidades remanescentes de quilombo. Lucas Firmino justifica a ausência de dados detalhados das áreas, dizendo que as informações requeridas pela procuradora da República não foram solicitadas anteriormente para a reunião, mas que podem ser compiladas e enviadas em momento posterior aos membros do CA. Edane Acioli relembra que alguns pontos de encaminhamentos ficaram pendentes de prosseguimento e se acumularam ao longo das reuniões do Comitê de Acompanhamento sobre o tema da água, são eles: **Consultas prévias livres e informadas às comunidades quilombolas** que farão parte do projeto de ampliação da rede de distribuição de água; **Estudo socioeconômico** das comunidades contempladas com o projeto, para definir uma

contrapartida por parte da concessionária, em virtude do aporte recebido pelo TAC, sendo revertida em isenções de custos de instalação dos equipamentos às famílias, descontos nas mensalidades do serviço ou afins. **Em seguida, os membros representantes da sociedade civil solicitam um documento com a lista de ruas que serão contempladas com o projeto, para que se possa fazer uma avaliação detalhada de toda a área que será coberta pelo projeto.** Jackeline Sales pede a palavra e inquiri se a rua Dois de Novembro, no bairro Jardim Cabano, será contemplada com a rede de distribuição de água, pois não foi possível identificá-la na imagem apresentada por Hígia, e qual o significado dos traçados verde e branco na imagem que indica a área do projeto. Por fim, Jackeline Sales solicita mais tempo para que os membros possam avaliar com mais detalhe cada rua que está dentro da poligonal atualizada, pois não é possível ter certeza de que todas as ruas que possuem moradia estão contempladas. Diego Dal Magro responde que **toda a área que está dentro da poligonal presente na figura será contemplada pela rede de distribuição.** Nos casos em que os traçados apareçam em branco, explica que, significam que a área já possui rede de distribuição instalada. Dessa forma, a área dentro da poligonal ou já possui a rede instalada ou receberá a rede durante a execução do projeto. O importante a ser destacado é que **todas as residências dentro da área da poligonal serão atendidas.** Jackeline Sales afirma que o mapa apresenta inconsistências nos seus limites em relação aos bairros Jardim Cabano e Vila Nova, não sendo possível identificar as ruas existentes e diz que é necessário que as lideranças comunitárias locais tenham a oportunidade de verificar a cobertura de atendimento das residências, analisando também este mapa. Diego diz que a equipe da concessionária poderá enviar aos membros do CA a lista de ruas atendidas com a atualização do projeto, o que auxiliará os membros a tirarem dúvidas sobre a área a ser atendida. Maria Olívia informa que foi solicitado, nas reuniões prévias com a concessionária, que as ruas dentro da poligonal que ainda não possuem reconhecimento formal pela prefeitura de Barcarena também sejam atendidas pelo projeto. Edane Acioli relembra que, durante a apresentação da primeira versão do projeto, os membros do CA receberam da concessionária, um conjunto de arquivos que fazia parte das especificações técnicas do projeto. Na ocasião, a secretaria executiva imprimiu o material recebido e entregou aos representantes da sociedade civil do CA, para que pudessem retirar suas dúvidas antes de uma visita que foi agendada à sede da concessionária. Diego Dal Magro informa que a concessionária enviará ao CA o mesmo material enviado aos signatários durante a atualização do projeto, além da lista de ruas abrangidas pelo projeto. Edane Acioli registra, **como encaminhamento, que a equipe da concessionária Águas de São Francisco enviará os documentos referentes à atualização do projeto da água e a lista de ruas atendidas com essa atualização, para que a secretaria executiva imprima e envie aos membros representantes da sociedade civil.** Jackeline Sales pergunta se, com o aumento do valor do projeto de 5 para R\$ 8 milhões, a instalação dos aparelhos necessários para o fornecimento do serviço da concessionária será custeada no projeto ou os moradores das comunidades terão que pagar a instalação e se haverá algum desconto na conta de água. Diego Dal Magro explica que, como existe um valor de investimento não previsto dentro do contrato de concessão, isso pode ser revestido em redução de tarifas, ampliação dos investimentos e aumento da

tarifa social. Diego Dal Magro explica que no caso do investimento oriundo do TAC, existe a previsão de que o seu uso **cobrirá todo o processo de instalação da rede até a residência do morador, não havendo qualquer tipo de custo associado à instalação do serviço para as famílias moradoras da área contemplada.** Jackeline Sales pergunta qual será o poço de água que fará o abastecimento da área de abrangência do projeto. Lucas Firmino responde que existe a previsão da perfuração de dois novos poços, associados a uma estrutura de reservatório mais robusta para abastecer 44 km de rede, na região de Itupanema e Vila Nova. Maria Olívia pede a palavra e avalia que não considera viável avançar com a assinatura do termo de cooperação, tampouco à execução do projeto, sem que primeiro sejam realizadas as consultas prévias, livres e informadas às comunidades quilombolas Sítio São João e São Sebastião de Burajuba. A procuradora da República conclui que é necessário que se retome esse ponto, que se dialogue com as comunidades quilombolas envolvidas no projeto, apresentando a nova poligonal e avançando segundo seus protocolos de consulta. Diego Dal Magro afirma que a concessionária atuará de acordo com o determinado pelas partes signatárias, prefeitura de Barcarena e ARSEP, seguindo estritamente o que for definido no escopo do termo de cooperação e de acordo com a hierarquia exercida no contrato de concessão. José Quintino pede a palavra e afirma que **irá repassar a situação das consultas à Secretaria de Assistência Social do município de Barcarena para que se possa disponibilizar a estrutura necessária para o avanço das consultas prévias, livres e informadas às comunidades quilombolas envolvidas na execução do projeto.** José Quintino sugere a possibilidade de agendamento de outra reunião específica para avaliação dos mapas apresentados em razão da atualização do projeto, onde a concessionária pudesse trazer os mapas de forma mais detalhada, além da comparação de áreas sobrepostas. José Quintino conclui que, qualquer deliberação que seja feita na reunião poderá ser repassada aos demais representantes da prefeitura para ser apresentado na próxima reunião do CA e que solicitará maiores explicações à Secretaria de Assistência Social do município acerca da não realização das consultas às comunidades quilombolas até o momento. Maria Olívia frisa que a consulta a ser executado não tem caráter de consulta pública, mas nos termos da **Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, que define uma consulta prévia, livre e informada às comunidades remanescentes de quilombo, segundo os seus próprios protocolos de consulta. Maria Olívia informa a José Quintino que há registro de uma negativa da prefeitura municipal de Barcarena e nesse sentido será necessário encaminhar outras reuniões entre as partes signatárias para que se avance na questão. Maria Olívia explica que as duas comunidades quilombolas citadas não possuem protocolo de consulta e nesse sentido existe a possibilidade, se houver concordância das comunidades envolvidas no projeto, de ser usado o protocolo da comunidade quilombola Gibrié de São Lourenço, sendo a Prefeitura Municipal de Barcarena a responsável pela execução da consulta, com necessidade de celeridade no processo de execução das consultas, pois em caso da não aceitação do projeto pelas comunidades, será necessário destacar as áreas urbanas que serão atendidas e repensar novamente no uso do recurso. O procurador da República Felipe Moura Palha contribui ao debate, refletindo que a própria concepção do projeto deveria ser apresentada às comunidades quilombolas envolvidas e

que o recurso oriundo do TAC não poderá ser usado para custear o processo de execução das consultas. Felipe Moura conclui afirmando que existe uma jurisprudência da Corte Interamericana com caráter de obrigação imposta ao Estado brasileiro de que as consultas prévias, livres e informadas devem ser feitas pelo Estado brasileiro e não pelo empreendedor ou, como no caso do TAC, pela concessionária, além de que, é necessário que seja garantido o poder de influência das comunidades quilombolas na decisão, havendo participação efetiva de toda a comunidade. Diego Dal Magro reforça a sugestão de uma visita à sede da concessionária para que os membros possam retirar suas dúvidas acerca da atualização da área de abrangência do projeto. Edane Acioli registra **como encaminhamento que a equipe da secretaria executiva do CA fará diálogos com a equipe da concessionária Águas de São Francisco para agendar uma visita à sede junto aos membros do CA** para dirimirem dúvidas em relação à concepção e implementação do projeto atualizado. Edane Acioli agradece a participação dos convidados para a pauta. A reunião avança para o segundo ponto de pauta: **2.1) Atualização do panorama das auditorias e estudos e do andamento dos termos de referência de infraestrutura de monitoramento ambiental.** Edson Maciel recebe a palavra e inicia a apresentação de um quadro resumo sobre os itens do TAC, afirmando que, atualmente, dos 37 itens totais do TAC, 20 já tiveram sua implementação concluída, 15 estão em andamento, com várias etapas de execução e 2 itens ainda não foram iniciados, pois fazem parte da análise integrada de outros itens, dependendo do seu resultado para que sejam iniciados. Maria Olívia pede a palavra e anuncia que trará contribuições para a apresentação de Edson, conforme necessário. Edson retoma, e começa pelo **item 2.1.1 A, que se refere ao Estudo Socioeconômico e Etnográfico**, que já teve o seu termo de referência aprovado, estando na etapa de diagnóstico e homologação das proponentes que se inscreveram no edital de contratação. Maria Olívia afirma que houve muito debate para que se chegasse à aprovação de um termo de referência mais amplo, que contou com o apoio do comitê técnico do TAC, durante o processo de avaliação das empresas, houve empresas que, após a avaliação de histórico, feita pelo MPF, não foram homologadas por terem vinculação com a Hydro ou Alunorte, então o processo seletivo necessitou de reabertura para garantir que a pesquisa seja feita por uma empresa sem nenhuma ligação com as signatárias do TAC. Edson avança para os itens **2.1.1 B, C, D e F, que se referem ao Estudos Ambientais**, explicando que seus termos de referência foram aprovados, além do processo de avaliação da documentação legal das empresas inscritas ter sido concluído, estando na etapa de seleção das empresas que se inscrevem no processo. Maria Olívia complementa, explicando que existe uma etapa posterior de análise das propostas técnicas das empresas aptas a prestarem o serviço e que é possível ajuste nessas propostas, para que elas atendam da melhor forma o que é necessário para o TAC. Edson retoma, e fala sobre o **item 2.1.1 C, que se refere aos Estudos Epidemiológicos**, que já teve o seu termo de referência aprovado, estando atualmente na etapa de seleção. Maria Olívia complementa que o processo seletivo precisou ser reavaliado em virtude dos questionamentos que foram trazidos pelo CA aos signatários sobre o termo de referência, e, em relação à sua metodologia prevista, foi necessário fazer uma revisão e adequação do termo de referência para auxiliar as empresas a apresentarem uma metodologia de

pesquisa mais adequada. A procuradora da República relembra que no comitê técnico do TAC não há nenhum membro especialista em epidemiologia e, por isso, foi solicitada a contratação de pesquisadores do estado de São Paulo, vinculados ao Instituto Butantan, para que fossem feitas as avaliações das propostas técnicas enviadas pelas empresas interessadas, havendo a previsão da contratação de pesquisadores, que podem ser de outras instituições para acompanharem os resultados dos estudos e auditorias, servindo como apoio ao comitê técnico para avaliação técnica dos resultados. Edson continua a apresentação, avançando para os itens relacionados à auditoria do processo produtivo, iniciando pelo **item 3.1, referente à Segurança e Estabilidade dos Depósitos de Resíduos Sólidos**, no qual a empresa auditora Fontes Geotécnica já foi contratada, os trabalhos já foram iniciados e atualmente estão na etapa de elaboração e revisão dos relatórios das atividades auditoras. Edson informa que o **item 5.1, referente ao Plano de Ação de Emergência** também se encontra na etapa de elaboração e revisão de relatórios finais. Edson diz que o **item 4.1, que se refere à auditoria de Segurança do Processo Produtivo** já teve o seu termo de referência aprovado, estando na etapa de seleção da empresa que realizará a auditoria. Edson comunica que os dois itens que se referem à **Análise Integrada** dos estudos e auditorias do TAC serão iniciados após o término de todos os estudos e auditorias previstos, e o **Levantamento e Cadastramento** das comunidades, terá início após o término da análise integrada. Edson segue para os **itens 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8 e 2.1.9**, que se referem aos **Sistemas de Avaliação e Monitoramento**. O **item 2.1.6** que se refere **ao Sistema de Avaliação de Águas Superficiais e Subterrâneas**, Edson explica que todos já tiveram seus termos de referência aprovados pelo MPF e Semas. Maria Olívia complementa, dizendo que houve uma grande integração entre o MPF e a Semas para que os termos de referências fossem elaborados e aprovados, sendo necessário uma avaliação minuciosa na construção desses termos em razão de os sistemas de monitoramentos serem doados, após a sua construção, à Universidade do Estado do Pará (UEPA) e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), que farão a gestão e a manutenção desses sistemas. Dessa forma, foi necessário debater o plano de trabalho vinculado aos termos de referência dos itens referentes aos sistemas de monitoramento, com definição de área onde os equipamentos seriam instalados e visitas em campo. O trabalho de planejamento teve início no mês de dezembro de 2021, para conseguir alcançar ao patamar de excelência nas especificações técnicas dos termos de referência dos sistemas, com previsão de avanço no processo seletivo até o mês de agosto de 2023. Edson conclui a sua apresentação informando que os itens **2.1.7 (Sistema de avaliação da balneabilidade das praias)**, **2.1.8 (Sistema de avaliação da qualidade do ar)** e **2.1.9 (Sistema telemétrico para avaliação das águas das praias)** também estão com seus termos de referência aprovados e sua construção e especificações técnicas estão de acordo com os procedimentos adotados para a elaboração do sistema referente ao item 2.1.6, explicado em maiores detalhes pela procuradora da República Maria Olívia Junqueira. Fabiano Pereira pede a palavra e diz que, de acordo com as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o acompanhamento e monitoramento de parâmetros ambientais é feito pela Semas, que fiscaliza e recebe os relatórios, e pergunta se o que se

pretende é repassar esse monitoramento para instituições que não são, por natureza, fiscalizadoras. Maria Olívia afirma que o monitoramento continuará sendo feito pelo poder público, junto às secretarias estadual e municipal de meio ambiente, e que, os sistemas financiados pela TAC, serão adicionais, sendo que, a gestão e a manutenção desses sistemas serão feitas pelas universidades e os resultados gerados serão repassados aos órgãos fiscalizadores, que continuarão exercendo essa função. Fabiano Azevedo reflete sobre a periodicidade dos laudos de monitoramento de parâmetros como ar e água, que passaram a ser semestrais, sendo anteriormente medidos de forma mensal e conclui dizendo que é necessário capacitar a sociedade civil para que ela possa acompanhar de forma direta e contínua o monitoramento ambiental em Barcarena, podendo, no futuro, até participar de coletas de amostras para pesquisas nas empresas que atuam em Barcarena. Conclui citando a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) como instituição referência em coleta de água e na pesquisa de emissão de poluentes atmosféricos e pode ser considerada em caso de parceria futura. Maria Olívia diz que o **Manual de Análise de Áreas Contaminadas da CETESB** e o **Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras**, elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em parceria com a CETESB, foram utilizados como base para a construção dos termos de referência dos estudos ambientais e frisa que esses estudos terão como base esses documentos produzidos por instituições de referência. Pontua ainda que, após o pleno funcionamento dos sistemas de monitoramento, o CA poderá solicitar à Semas maior integração da sociedade civil junto ao acompanhamento no monitoramentos ambiental. Jackeline Sales pede a palavra e pondera sobre a ausência de equipamentos especializados à disposição dos órgãos fiscalizadores, que recebem os dados de monitoramento a partir das próprias empresas. Nesse sentido, é necessário que as universidades também recebam um recurso destinado à manutenção dos equipamentos doados. Maria Olívia responde que o termo de referência prevê o treinamento adequado das pessoas responsáveis em operacionalizar os equipamentos, mas que os detalhes sobre o recurso para a manutenção seriam melhor explanados pela Semas, ausente na reunião. Jackeline Sales reforça a necessidade de se pensar sobre o aumento do período entre os relatórios de monitoramento ambientais em Barcarena e que sejam garantidos, de forma objetiva, os canais que devem ser acionados pelos moradores, caso queiram fazer o acompanhamento ou pedir informações acerca desses monitoramentos. Jackeline solicita, **como encaminhamento, a participação do membro do comitê técnico Cléber Silva em uma capacitação da sociedade civil, para fazer uma leitura explicativa sobre o relatório final referente ao programa de pesquisa e desenvolvimento de produtos a partir do resíduo da bauxita.** Maria Olívia complementa dizendo que o MPF dá anuência para a participação de Cléber Silva na capacitação a ser agendada, que a formalização do processo tenha prosseguimento. Edane Acioli agradece às manifestações e avança para o próximo ponto de pauta, que em virtude dos convidados externos foi alterada a ordem na reunião, dessa forma se adentra ao primeiro ponto de pauta, item **1) Temas ordinários: 1.1) Aprovação da ATA da 30ª Reunião (30/05/2023).** Edane Acioli informa que, até o presente momento, a secretaria executiva não recebeu nenhum pedido de revisão da ata. Jackeline Sales pede que o prazo para avaliação seja estendido. Edane Acioli sugere que o prazo seja estendido até o

dia 01/08/2023. **Os presentes concordam e o prazo para o recebimento de revisões da ata da 30ª reunião do CA, por e-mail, é estendido até o dia 01/08/2023. Após o período solicitado, caso não haja manifestações dos membros, a ata é considerada aprovada.** Avança-se para o próximo ponto de pauta da reunião: **3) O que ocorrer.** Nesse momento alguns temas foram tratados, iniciando por Jackeline Sales, que pede a palavra e solicita que seja registrada em ata uma denúncia que recebeu das lideranças de Barcarena referente ao uso dos recursos das multas do TAC que estão depositadas no **Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema)**. Jackeline Sales relata que, após a reunião realizada no dia 11/07/2023 entre os membros da sociedade civil do TAC e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), realizou uma reunião com as comunidades de sua representação e houve relatos de que há um grupo de pessoas, que estariam trabalhando pela Prefeitura Municipal de Barcarena, sendo uma assistente social e um engenheiro, que estariam convidando as lideranças de Barcarena para uma reunião sobre os valores depositados no Fema, dizendo que os valores serão destinados para 50 projetos, com o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) cada, e que as entidades que firmarem parceria com esse grupo, poderão submeter até três projetos, desde que, 30% do valor de cada projeto seja repassado ao grupo, pois somente os projetos feitos com essa parceria seriam aprovados. Jackeline também relata que algumas lideranças, que acreditam nessas informações repassadas, firmaram parceria com esse grupo e, por esta razão, teme pela integridade e transparência do processo. Fátima Solange solicita a palavra e reforça a denúncia feita por Jackeline Sales, registrando que foi convidada também para participar de uma reunião na comunidade São José, onde reside, que trataria sobre os projetos que a comunidade gostaria de executar com o recurso das multas que estão depositados no Fema. Fátima relata que, não aceitou participar dessa reunião, e destaca que várias lideranças também estão recebendo o mesmo convite, e que algumas já estão participando das reuniões feitas por este grupo de pessoas. O procurador da República Adriano Lanna de Oliveira solicita à secretaria executiva que os relatos feitos pelas titulares Jackeline Sales e Fátima Solange sejam redigidos e enviados ao MPF para que se possam apurar as informações. Por fim, Edane Acioli registra como último ponto, em **O que ocorrer**, que o MPF recebeu **uma solicitação de participação em uma reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC, na categoria ouvinte**, enviada pelo senhor Edvan Couteiro, que se apresentou como representante da Associação dos Barraqueiros da Praia e Comerciantes de Vila do Conde, e que, seguindo o fluxo do regimento interno do CA, o MPF encaminhou à secretaria executiva para tratamento. Assim, a secretaria executiva traz o registro para apreciação dos membros. Fabiano Pereira reflete sobre a necessidade de se saber qual é o objetivo da participação em uma reunião do CA, pois o CA discute inúmeros temas referentes ao cumprimento do TAC, tendo caráter de continuidade, podendo não ser proveitoso ao convidado externo a participação em uma reunião sem interesse em uma pauta específica, podendo ficar descontextualizado dentro da reunião. Edson Maciel pede a palavra e relembra que na composição das representações do TAC está inclusa a comunidade Vila do Conde, nesse sentido é viável avaliar junto aos membros titular e suplente da representação a implementação de práticas que viabilizem a disseminação de informações seguras sobre o cumprimento do TAC, a partir do que está em domínio público. Fátima



Solange solicita a palavra e reforça que é necessário refletir sobre a participação de um ouvinte em uma reunião do CA, sem que este tenha a contextualização do que será discutido, é possível que o debate não seja entendido e que as informações sejam repassadas de forma equivocada após o fim da reunião. Elidiane Cardim pede a palavra e diz que não vê objeção na participação do senhor Edvan Coutinho, na condição de ouvinte. Jackeline Sales diz que as representações não são contra a participação de outras pessoas da sociedade civil e reflete a possibilidade de uma reunião com um item do TAC mais voltado ao interesse público e com interface com as comunidades da área de abrangência, como as multas depositadas no Fema (Itens 6.1, 6.2 e 6.3 do TAC), e que essa reunião pudesse ser aberta ao público de forma online, sendo transmitida por alguma plataforma de transmissão e com interações com o público, que poderia tirar suas dúvidas sobre o tema. Dessa forma, fica **encaminhado que a secretaria executiva irá responder ao e-mail do solicitante, explicando a posição do CA com relação à solicitação.** Edane Acioli agradece as manifestações dos membros e avança para o último ponto de pauta da reunião. **4) Pauta da próxima reunião ordinária (26/09/2023).** Houve a sugestão para tratar da atualização sobre o plano de aplicação das multas pagas ao Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema). Não havendo contestações, a próxima reunião ordinária ocorrerá em formato virtual com a seguinte pauta principal definida: **Atualização sobre o plano de aplicação das multas pagas ao Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema).** Ficando agendada para o dia 26 de setembro de 2023, às 14h30. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 17h52, o IEB, na condição de secretaria executiva, lavrou a presente ata.